

O Trabalho do Assistente Social como Práxis Transformadora da Realidade

The Social Worker's Job as Praxis Transforming of Reality

Willam Gerson de Freitas¹. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará.
Professor do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe, FVJ.
E-mail: willam.gerson@yahoo.com.br

Larissa Monteiro Ribeiro². Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Vale do
Jaguaribe, FVJ. E-mail: larisa.monteiro78@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo discute a profissão de Assistente Social e o caráter contraditório das relações sociais decorrente da contraposição de interesses provenientes do sistema capitalista. Além disso, reflete acerca da importância da consciência crítica sobre os limites e possibilidades da prática profissional e a proposta de uma práxis transformadora da realidade. Procura mostrar que os assistentes sociais não podem ser indivíduos passivos diante da realidade, reprodutores alienados das relações sociais de dominação e exploração da classe trabalhadora, agentes da dominação do mundo das aparências gerado pelo capital. E que lhes cabe, ao invés, buscar sempre agir politicamente no intuito de conquistar espaços para participação e controle social democrático em prol da conquista de direitos.

Palavras-chave: Serviço Social no Brasil. Capitalismo. Marxismo. Movimento de Reconceitualização. Práxis.

Abstract

This paper discusses the profession of social worker and the adversarial character of social relations arising from the contraposition of interests from the capitalist system. In addition, reflects on the importance of critical awareness about the limits and possibilities of professional practice and the proposal of a transformative praxis of reality. Show that social workers cannot be passive individuals before reality, alienated players of social relations of domination and exploitation of the working class players, agents of domination of the world of appearances generated by capital. And that for them, instead, always seek to act politically in order to obtain space for democratic participation and social control towards the achievement of rights.

Keywords: Social work in Brazil. Capitalism. Marxism. Brazilian Movement Reconceptualization. Praxis.

1 Introdução

A profissão do Assistente Social – assim como todas as demais – está inserida em um conjunto de relações de produção e trabalho que constituem a estrutura social. Essa estrutura é marcada pela desigualdade e contradição inerente ao sistema capitalista. A tradição marxista compreendeu o cerne da exploração ao entender como o operário recebe apenas o valor de sua força de trabalho e não do seu trabalho real.

Ao se observar a história do Serviço Social no Brasil contempla-se o processo de amadurecimento e tomada de consciência quanto a essa problemática e,

¹ Autor correspondente. Artigo recebido 8 de abril de 2014. Aprovado em 17 de maio de 2014. Avaliado pelo sistema *double blind review*.

consequentemente, a discussão, avaliação e reconceitualização do agir profissional. A conclusão a que se tem chegado é que os assistentes sociais não podem ser indivíduos passivos diante da realidade, reprodutores alienados das relações sociais de dominação e exploração da classe trabalhadora, agentes da dominação do mundo das aparências gerado pelo capital, entendimento que este trabalho visa discutir.

2 O serviço social no Brasil

O contexto histórico em que se origina o Serviço Social no Brasil é marcado pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e da expansão urbana. Os primeiros resquícios da profissão surgiram ligados ao movimento católico, por volta das décadas de 1920 e 1930, mediados por ações assistencialistas e evangelizadoras pautadas nas referências teóricas de Santo Tomás de Aquino. As damas de caridade (mulheres de famílias burguesas) faziam o papel das primeiras assistentes sociais. Porém, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais oriundas desse processo suscitaram a emergência de novas necessidades sociais e o aparecimento de novos impasses no tocante à *questão social*, que exigiram a atuação de profissionais qualificados para o seu enfrentamento.

O termo *questão social* diz respeito a todas as manifestações do cotidiano da vida social causadas pela contradição de classes e pelos interesses antagônicos. São exemplos de expressões da questão social problemas como: fome, desemprego, miséria, exploração no trabalho, entre outros. Assim, os problemas decorrentes das questões envolvendo a propriedade privada e do avanço do capitalismo passaram a ser objeto de trabalho do Serviço Social, cujo trabalhador se tornou profissional mediador dos conflitos entre classe dominante e proletariado.

De acordo com o livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, (2009), no período que compreende as décadas de 1920 e 1930 surgiram as bases para a implantação do Serviço Social nos países europeus e, posteriormente, no Brasil. Isso por conta da relação de exploração existente entre a burguesia e o proletariado. Além disso, não existia uma legislação trabalhista no início do século XX, e as longas jornadas de trabalho, aliadas à exploração das mulheres e crianças nas fábricas, foram relevantes para que os trabalhadores se organizassem em movimentos e reivindicassem seus direitos.

A respeito do histórico da profissão e das primeiras assistentes sociais, Iamamoto e Carvalho relatam que o Serviço Social se caracterizava:

por ser um movimento ao qual se dedicam mulheres de famílias abastadas, reunidas a partir de seu relacionamento e militância no meio católico. A partir dessa base social, da origem de classe dos núcleos pioneiros do Serviço Social se pode deduzir que seu modo de ver o mundo e de agir em relação às populações clientes não tem a ver apenas com a influência europeia. Esse comportamento faz parte da própria ideologia das classes dominantes, pela origem, fortuna familiar ou capital cultural, que lhes confere uma superioridade natural em relação às populações pobres e legítima a forma paternalista e autoritária de sua intervenção (2009, p. 216).

Desse modo, o Serviço Social foi permeado pelos ideais positivistas, funcionalistas e humanistas - advindos da Igreja Católica por intermédio da doutrina de Santo Tomás de Aquino -, essenciais ao trabalho dos primeiros assistentes sociais, que se configurou, no entanto, como trabalho de ajuste social, conservador e manipulador. Sendo assim, os profissionais reprimiam qualquer ideal revolucionário que pusesse em risco a hegemonia da burguesia e da Igreja.

Nos anos 1917 e 1920 aparecem no cenário brasileiro influências de movimentos políticos trazidos pelo proletariado europeu como o *Anarquismo e o Comunismo*, que reforçaram a ideologia política da classe trabalhadora e intensificaram as manifestações em busca de melhores condições de vida e trabalho. A burguesia primeiramente respondia a essas manifestações por meio da força, utilizando o aparato policial e desrespeitando acordos firmados com os proletários. Posteriormente, quando o número do proletariado urbano aumentou, alguns burgueses valeram-se de outras estratégias, como a criação de uma política assistencialista mediante a construção de vilas operárias, creches e escolas, a fim de contê-los.

Em contrapartida a esses “benefícios”, a classe dominante não poderia deixar de lucrar com o rebaixamento salarial e o controle do tempo. Outra forma de exercício de controle sobre os trabalhadores era a “fiscalização do bom comportamento”, assim considerado a não participação de sindicatos e movimentos, para ter acesso aos referidos direitos. A utilização dessas estratégias tinha como objetivo o controle sociopolítico, o incentivo à produtividade, e o aumento em grande escala da exploração e do acúmulo capitalista, visto que as medidas assistencialistas implementadas não atendiam a todas as reivindicações dos trabalhadores.

No ano de 1932, o Centro de Estudos e Ação Social (Ceas) de São Paulo constituiu a primeira materialização do Serviço Social como profissão no Brasil. Seu objetivo principal consistiu na capacitação técnica da prestação de assistência destinada a jovens católicos que compunham as classes emergentes. Na continuidade, em 1935 foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado, em 1936 surgiu a primeira escola de Serviço Social de São Paulo, e em 1937, a primeira do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o modelo de intervenção profissional chamado conservador ou tradicional surge, pautado nos parâmetros positivistas de *racionalidade e eficiência* inerentes à sociedade capitalista e sob a influência do método do Serviço Social de Caso, desenvolvido por Mary Richmond, a precursora do Serviço Social em Nova York, por volta de 1896.

Vale destacar que o processo de *profissionalização e legitimação* do Serviço Social no Brasil iniciou-se vinculado à expansão das grandes instituições assistenciais no período do *Estado Novo* (1937-1945), marcado pelo corporativismo do Estado e por uma política econômica industrializante. A expansão do proletariado urbano criou a necessidade política de controlar e absorver esse contingente. Assim, o Estado incorporou parte das reivindicações populares e ampliou a base legal da cidadania, mediante a publicação de uma intensa legislação social e sindical, o que concedeu ao presidente dessa época, Getúlio Vargas, o apelido de “Pai dos Pobres”.

Posteriormente, com a *Ditadura Militar* (1964-1984), ampliou-se o mercado de trabalho dos assistentes sociais com o surgimento de instituições e organizações estatais, porém, o seu labor ficou submetido à autoridade do estado ditatorial e a sua racionalidade burocrática. Conforme Iamamoto e Carvalho, essa ampliação consistiu tão somente em um discurso adotado pelos representantes políticos destinado à obtenção de harmonia social a partir da proteção do trabalhador. Dito de outro modo, em

[...] controle e subordinação do movimento operário e expansão da acumulação pela intensificação da exploração da força de trabalho. A ofensiva ideológica contra a organização autônoma do proletariado será uma constante durante todo o período. Buscará isolar a classe de sua vanguarda organizada e afirmar o mito do Estado *benetactor*, da outorga da legislação protetora do trabalho, o mito do Estado acima das classes e representativo dos interesses gerais da sociedade e da harmonia social (2009, p. 153).

O Assistente Social se configurava, pois, como um agente do Estado que investigava, controlava e fiscalizava os trabalhadores, a fim de descobrir seus interesses e sua organização em movimentos sindicais.

Desse modo, o trabalho dos assistentes sociais é compreendido, em seu surgimento, como funcional ao capitalismo, destinado a perpetuar o Estado burguês, posto que, no processo de construção de sua hegemonia, o Estado não pode desconsiderar as necessidades/interesses das classes dominadas, como condição de sua própria legitimação, embora a incorporação dessas necessidades aconteça de forma subordinada, em nada afetando os interesses da classe capitalista.

Assim, tomando-se como base uma perspectiva crítica diante da prática funcional que compõe a história da profissão, entende-se que não existe neutralidade no Estado, tampouco na ação do assistente social, o que pode representar a reprodução do sistema capitalista e minimamente os interesses dos trabalhadores.

Dessa forma, uma das condições para o ingresso do Serviço Social como profissão foi a transformação da força de trabalho do Assistente Social em mercadoria e o seu trabalho, conseqüentemente, em uma atividade subordinada à classe capitalista. Portanto, a mesma lógica de dominação dos trabalhadores preside a intervenção dos assistentes sociais e estes, por não serem profissionais liberais, devem agir de forma a implementar as políticas e programas sociais do Estado burguês.

Em síntese, pode-se dizer que o Serviço Social surge da Igreja e posteriormente se profissionaliza por intermédio da burguesia, posto que as primeiras assistentes sociais integrassem essa classe e visassem seus próprios interesses. Então, é relevante notar que em toda a sua trajetória histórica até o *Movimento de Reconceituação*, o Serviço Social reforçava a ideologia e a hegemonia do Estado burguês. Porém, os ideais da teoria marxista de romper com a alienação, com a exploração dos trabalhadores, e a necessidade da consciência do Serviço Social de se reconhecer enquanto classe trabalhadora oportunizou a produção de uma nova roupagem para a profissão e uma proposta transformadora voltada para a justiça social.

3 Reconceituação profissional e propostas renovadoras

O *Movimento de Reconceituação* do Serviço Social emergiu em toda a América Latina em 1930 e foi se consolidando paulatinamente até a segunda metade de 1960, nos países com grandes índices de desigualdade social. Surgiu em meio aos problemas sociais e à Ditadura Militar e como ponto de resistência contra os governos imperialistas e capitalistas da América Latina. Foi desenvolvido como forma de resposta aos questionamentos da sociedade ao Serviço Social tradicional.

As primeiras reações ao conservadorismo Católico e à teoria social positivista começaram na década de 1940, com as influências do Serviço Social norte-americano, baseado no tecnicismo e na neutralidade, mas ganharam ênfase apenas nos anos 1960, quando o conservadorismo e o tradicionalismo do Serviço Social passaram a ser questionados, em razão das mudanças políticas, econômicas e culturais ocorridas no Brasil. As propostas desenvolvimentistas se tornaram ineficientes e suscitaram questionamentos também nas áreas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

Nos anos de 1970 e 1980, o *Movimento de Reconceituação* realmente emergiu e um dos fatores significativos para tanto foi a perda de níveis salariais das camadas médias da sociedade a qual pertenciam os assistentes sociais, tendo como reação a organização dessa categoria em sindicatos.

A articulação dos assistentes sociais em sindicatos resultou na consciência desses profissionais enquanto classe trabalhadora, levando-os a perceber, a partir do

viés histórico da profissão, sua contribuição ao longo dos anos para o reforço das desigualdades sociais. Dessa forma, o movimento teve como causa maior o aumento das contradições e, como resposta, a necessidade de qualificação profissional de acordo com as demandas brasileiras, posto que toda a fundamentação teórica do Serviço Social era concebida de forma a reproduzir manuais e vinda de outros países com realidades distintas.

Assim, o modelo de Serviço Social tradicionalista ou conservador, pautado nos ideais neotomistas, positivistas e funcionais ao sistema capitalista, à exploração da classe trabalhadora pela classe dominante. foi questionado e, tomados pelos ideais marxistas, os assistentes sociais começaram um movimento em prol de mudanças de conceitos (teóricos, metodológicos e operacionais).

Com base no livro *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, de José Paulo Netto (2009), as principais vertentes de fundamentação teórico-metodológica que emergiram com o Movimento de Reconceituação, difundidas ao longo dos anos 1970, foram:

- I. a *vertente modernizadora*, caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas e estruturalistas e, mais tarde, sistêmicas, de acordo com a matriz positivista, voltadas para uma modernização conservadora;
- II. a *vertente de inspiração fenomenológica*, atualização do conservadorismo, centrada na análise do cotidiano e das vivências dos sujeitos, na qual os profissionais utilizam uma metodologia subjetiva de caráter psicologizante, tendo como exemplo o Serviço Social de Caso; e
- III. a *vertente marxista*, que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, inspirada nos ideais marxistas, segundo os quais, para os assistentes sociais guiados por essa vertente, seria viável a construção de um novo projeto voltado para sanar as desigualdades das classes subalternas e não para fomentar o capitalismo, mantendo-as, bem como necessária uma tecnicidade desligada da doutrina da Igreja, com caráter científico e formal.

A expressão da *perspectiva modernizadora* é encontrada nos documentos produzidos nos Seminários de Araxá (março de 1967) e Teresópolis (janeiro de 1970), configurados como marcos do *Movimento de Reconceituação*, e, influenciadora de grande parte da categoria profissional da época, propôs a racionalidade do trabalho do Assistente Social por um viés moderno, com novos instrumentos, teorias e técnicas, visando responder à demanda crescente da ordem do desenvolvimento capitalista.

Nos anos subsequentes, foram realizados o Seminário de Sumaré, na arquidiocese carioca (1978), e o Seminário do Alto da Boa Vista (1984), nos quais os trabalhos apresentados demonstravam o deslocamento da perspectiva modernizadora, e os limites para essas tentativas de transformação e contestação dos governos ditatoriais por parte dos profissionais da assistência. Observa-se que a ausência de um suporte teórico claro nos anos anteriores ocasionou uma pausa nos movimentos de ruptura, resultando no prolongamento do conservadorismo, razão pela qual são perceptíveis os intervalos de muitos anos sem a produção dos seminários.

Nesses Seminários eram discutidos e desenvolvidos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos visando à qualificação mediante a tecnicidade e a racionalidade para atender às demandas de acordo com a realidade social que o País vinha enfrentando, a fim de amenizar os problemas de cunho social.

De acordo com Paulo Netto (2009), o principal método que expressou as novas diretrizes do Serviço Social e a intenção de ruptura que critica o tradicionalismo foi desenvolvido na Universidade Católica de Minas Gerais, razão pela qual recebeu a denominação de Método de Belo Horizonte, configurando-se como a primeira

expressão do marxismo no Serviço Social no Brasil e uma alternativa global contra o tradicionalismo.

Assim, foram definidos seu objeto (a questão social) e objetivos profissionais em relação à classe trabalhadora, com vistas à transformação da sociedade e do homem. Por sua vez, os meios para o alcance desses objetivos seriam a conscientização, a capacitação e a organização dos profissionais por meio do método dialético marxista de compreensão da realidade e concretização da práxis, segundo o qual o profissional deveria ser sensível e científico. No entanto, no entendimento de Paulo Netto:

[...] o “Método Belo Horizonte”, combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade (2009, p. 288).

Nos anos 1980 foram sugeridas, pelo sindicato de assistentes sociais, a Revisão Curricular e a Revisão do Código de Ética, propondo o rompimento com a ética da neutralidade positivista. A partir desses movimentos iniciou-se o projeto ético-político, que, como valor central, propunha o reconhecimento da liberdade vinculado a um projeto societário, e, em 1993, foi criado o Código de Ética do Serviço Social.

Entende-se, portanto, que o *Movimento de Reconceituação* profissional foi resultado da insatisfação de uma parcela dos assistentes sociais, preocupada em relação às suas limitações teórico-metodológicas, bem como político-ideológicas, no qual se instituiu uma perspectiva de mudança social e conscientização da exploração, opressão e dominação, marcas do período histórico no qual o País se encontrava. Desse modo, foram propostas mudanças no âmbito do atendimento, até então somente de “Caso individual”, passando a ser de Grupo e Comunidade, além de contemplar os interesses da classe trabalhadora.

Apesar da importância do processo de reconceituação para o Serviço Social, ainda existem profissionais com traços conservadores, positivistas e funcionais, que priorizam a realização de um trabalho meramente assistencialista, limitado no âmbito científico, de maneira a reproduzir a exploração, as relações de desigualdade social e a alienação. Isso acontece pelo fato de a profissão do Serviço Social possuir esse caráter dualista, em que, de um lado, apresenta-se como mediadora dos conflitos entre a burguesia e a classe trabalhadora e, de outro lado, tem o histórico de favorecer primordialmente os interesses das classes dominantes.

Políticas sociais de transferência de renda, por exemplo, são fruto de interesses contraditórios e antagônicos. Elas contribuem para minimizar os efeitos negativos do capitalismo ao disponibilizar o mínimo de condições de subsistência para uma parcela das pessoas que se encontravam em pobreza extrema. Porém, vistas de outro ângulo, essas políticas favorecem os interesses dominantes, pois, ao reduzir o impacto da concentração de renda e geração de miséria inerente ao sistema capitalista, está distante de tocar no cerne do problema. Todas as situações sociais vividas pelos sujeitos que demandam uma política de assistência social têm raízes no processo de desenvolvimento capitalista e nas expressões da questão social, decorrentes da violação sistemática de direitos como os à saúde, ao trabalho, à educação, à moradia, ao transporte, à renda digna, entre outros.

4 Considerações finais

Inspirada nas propostas renovadoras do *Movimento de Reconceituação*, a intervenção profissional do Assistente Social não pode visar somente à execução de atividades previstas nos documentos estatais, pois, dessa maneira, continuará

perpetuando a ideologia capitalista de gestão e manutenção da pobreza mediante a individualização das situações. Essa realidade se agrava sobretudo se abordar a *questão social* sob um viés moralizante, tendendo a vitimizar as pessoas pelas suas condições de pobreza, desconsiderando que historicamente a desigualdade social é causada e agravada pela lógica da exploração do sistema capitalista.

O Assistente Social deve agir de forma crítica, política e proativa, observando os limites e as possibilidades de sua práxis transformadora dentro das instituições, Compete-lhe esclarecer e informar o usuário sobre seus direitos, não reproduzindo o *corporativismo* (sistema político de proteção dos interesses de segmentos da sociedade, de alguns grupos em detrimento de outros), mas mantendo uma apreensão instrumentalizada dos processos sociais, observando a perspectiva de totalidade e promovendo a justiça social.

Cabe ao Assistente Social buscar sempre agir politicamente no intuito de conquistar espaços para participação e controle social democrático em prol da conquista de direitos, visando romper com a ideia do profissional conservador meramente executivo. É fundamental que adote uma práxis propositiva, crítica e transformadora da realidade, concretizada mediante a denúncia constante das desigualdades, buscando assegurar direitos e ampliar espaços que permitam à classe trabalhadora movimentar-se rumo à emancipação.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.